

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 814.706 - PB (2015/0292338-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CLOVES JOSÉ DE ARAÚJO
ADVOGADO : LEÔNIDAS LIMA BEZERRA - PB005309
AGRAVADO : BANCORBRAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A
ADVOGADO : SEVERINO BARRETO FILHO E OUTRO(S) - PB013620B
AGRAVADO : MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S.A
ADVOGADOS : MARCIO ALEXANDRE Malfatti e OUTRO(S) - SP139482
MARIA CAROLINA GUSMÃO DE CARVALHO ROCHA - PB013581

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73), interposto por CLOVES JOSÉ DE ARAÚJO, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 615-628, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “c” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, assim ementado (fls. 527-533, e-STJ):

ACÇÃO DE NULIDADE DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA BOA FÉ OBJETIVA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA ARGUIDA PELO ESTIPULANTE. REJEIÇÃO. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO ANUAL, ART. 206, § 1º, II, "b" DO CÓDIGO CIVIL/2002. REJEIÇÃO. SENTENÇA PELO PROVIMENTO DOS PEDIDOS PARA DETERMINAR A CONTRATAÇÃO NAS MESMAS BASES DO CONTRATO ANTERIOR COM CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. APELAÇÃO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE. REJEIÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA ESTIPULANTE. ACOLHIMENTO. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. PREVISÃO CONTRATUAL DE NÃO RENOVAÇÃO, QUE ENCONTRA RESPALDO EM NORMA ESPECÍFICA. BASES DA ATUARIZAÇÃO DO PRÊMIO NÃO DISCUTIDA. PROVIMENTO DO 1.º APELO PARA JULGAR OS PEDIDOS IMPROCEDENTES, E DO 2.º PARA, ACOLHENDO A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA ESTIPULANTE, EXCLUÍ-LA DO PROCESSO.

Não configura ausência de dialeticidade a apelação que rediscute em sede de razões recursais as matérias agitadas na contestação que não foram acolhidas pelo juízo sentenciante.

"Tendo em vista a interpretação de caráter restritivo que deve ser feita acerca das normas que tratam de prescrição, dentre as quais está a do art. 206, § 1º, II, do Código Civil, não é possível ampliar sua abrangência, de modo a abarcar outras pretensões, ainda que relacionadas, indiretamente, ao contrato de seguro. Aplicação, na hipótese, do art. 206, § 3º, V, do CC/02". (REsp 1273311/SP, Relatora Ministra Nancy Andrigui, Terceira Turma, julgado em 01/10/2013, DJe 10/10/2013).

Decreto Lei 73/1966, Art. 21. Nos caso de seguros legalmente obrigatórios, o estipulante equipara-se ao segurado p a o efeitos de contratação e manutenção do seguro.

CC/02 - Art. 801 - "o estipulante não representa o segurador perante o grupo segurado, e é o único responsável, para com o segurador, pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais".

"Em que pese a coerente interpretação dada pelo STJ à espécie, acolhida pelo Juízo sentenciante, não vejo, no caso dos autos, como determinar que a Seguradora/Apelante mantenha o contrato nas mesmas bases do contrato anterior, mormente porque impraticável economicamente, havendo nítida violação à liberdade de contratar, além do fato de já estarem as partes acordadas previamente da possibilidade de não renovação, mantida a vigência do contrato e com a comunicação prévia, previsão contratual que se estriba nas normas reguladoras dos seguros em grupo".

Nas razões do recurso especial (fls. 536-553, e-STJ), o recorrente aponta dissídio jurisprudencial pertinente aos artigos 801, § 1º, do CC/2002 e 21, § 2º, do Decreto-Lei 73/1966.

Sustenta, em síntese, que: a) o estipulante possui legitimidade passiva na ação de cobrança de indenização securitária; e b) é ilícita a rescisão unilateral de contratos de seguro.

Contrarrazões às fls. 556-568 e 579-582, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 610-611, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, ao argumento de que não restou demonstrado o dissídio jurisprudencial.

Irresignado, aduz o agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que a argumentação vertida no apelo nobre permite a identificação de similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas invocados.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. No que toca à aventada legitimidade da estipulante para figurar no polo passivo da demanda, não deve o recurso ser admitido, haja vista a inexistência de similitude fática entre a controvérsia em tela e aquela tratada no precedente paradigma.

Com efeito, conforme pontuado pelo próprio recorrente, o acórdão vergastado assentou a ilegitimidade passiva da recorrida BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. sob o argumento de que restara clara a ausência de vinculação entre as obrigações imputáveis à seguradora e à estipulante (fl. 544, e-STJ):

Não há, portanto, como recepcionar sua alegação de que foi obrigado a contratar o seguro, porquanto gratuito.

Nesse caso, sem sombra de dúvidas, a Bancorbrás funciona na relação jurídica como estipulante.

Ao longo dos anos, o seguro, que passou a ser oneroso para o Autor/Apelado, foi sendo renovado, mantendo-se a Bancorbrás na condição de estipuladora, nos termos do art. 801 do CC/02, que dispõe que "o estipulante não representa o segurador perante o grupo segurado, e é o único responsável, para com o segurador, pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais".

Como se observa, a responsabilidade do estipulante é em relação ao segurador e não em relação aos segurados, de que é mandatário.

Por sua vez, no acórdão paradigma invocado, tem-se situação diversa, em que o Tribunal local, a partir da análise do contexto fático, concluiu que a estipulante, de forma excepcional, atuou como a verdadeira fornecedora do serviço. Veja-se (fl. 545, e-STJ):

No que toca à ilegitimidade propriamente dita, é fato que a jurisprudência deste Superior Sodalício tem por ilegítimo o estipulante para figurar na ação que persegue o pagamento da indenização do sinistro.

Contudo, colhe-se do aresto vergastado que da “análise da proposta de participação de seguro de vida e acidentes pessoais constata-se que a ora apelante consta inclusa nesta – fls. 20 e 21, com isso levando a crer que seria ela verdadeira fornecedora dos serviços contratados” (e-stj fls. 256/257).

Asserta, ainda, que, a despeito da “informação que a Vera Cruz Vida Previdência S/A seria a responsável pelo pagamento do prêmio (sic), conforme se infere da cláusula 1 do contrato, contudo, como bem colocado pela Magistrada de Piso, na própria logomarca da apelante está o nome seguro não sendo, desta feita, pertinente a alegação de que seria mera estipulante” (e-stj fl. 27).

Nota-se, portanto, que, dadas as particularidades do caso, não existe similitude fática entre a controvérsia em análise e os julgados apontados como paradigmáticos pelo recorrente, o que inviabiliza o reconhecimento de dissídio jurisprudencial. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRETENSÃO RESISTIDA. NÃO RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. SÚMULA Nº 568 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

(...)

5. A demonstração do dissídio jurisprudencial pressupõe a ocorrência de similitude fática entre o acórdão atacado e os paradigmas.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1289543/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO. JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO. DISCUSSÃO QUANTO A EXISTÊNCIA DE FATO INCONTROVERSO. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. EXTRAVIO DE MERCADORIAS. TRIBUNAL A QUO ASSENTOU QUE PREPOSTO DA AGRAVANTE EXTRAVIOU PARTE DOS PRODUTOS A SEREM TRANSPORTADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. CABIMENTO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(...)

3. Dissídio jurisprudencial não demonstrado, ante a ausência de similitude fático-jurídica entre os paradigmas e o v. acórdão recorrido.

(...)

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1282849/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

Assim, inviável a admissão do recurso em relação à presente questão.

2. De igual modo, não merece guarida o apelo nobre no que tange à apontada ilicitude da resilição unilateral do contrato de seguro.

No ponto, destaca-se, preambularmente, que o recurso especial possui fundamentação vinculada, razão pela qual o efeito devolutivo opera-se tão-somente nos termos do que foi impugnado.

Assim, a ausência de indicação expressa de dispositivos legais tidos por vulnerados, ou sobre os quais recairia interpretação pretoriana divergente, não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional restou, ou não, malferida.

Com efeito, *"O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional"* (AgInt no REsp 1680099/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 02/02/2018).

Nesse sentido, destacam-se, ainda, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 7 DA SÚMULA DO STJ. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. SÚMULA Nº 284 DO STF.

(...)

3. A ausência de indicação do dispositivo legal tido por violado atrai o óbice de que trata o verbete n. 284, da Súmula do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 723.635/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 10/08/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DA DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial, pela alínea c do permissivo constitucional, exige a indicação de qual dispositivo legal teria sido objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1119408/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA

TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 14/02/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - TELEFONIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

(...)

2. A falta de indicação do dispositivo legal ao qual se entende ter sido dada interpretação divergente, viabilizador do recurso especial pelo dissídio jurisprudencial, atrai a incidência da Súmula n. 284/STF.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1599674/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 20/04/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. MATÉRIA VENTILADA NAS RAZÕES RECURSAIS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO QUANTO A ESSA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL QUE TERIAM SIDO VIOLADOS. DEFICIÊNCIA RECURSAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. COTEJO ANALÍTICO POR MEIO DE JULGADOS QUE NÃO APRECIARAM A MESMA REALIDADE FÁTICA, SOB A MESMA ÓTICA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A Jurisprudência do STJ está assentada na impossibilidade de conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional, quando não indicado o dispositivo de lei supostamente violado ou que tenha recebido interpretação divergente pelo julgado impugnado. Incidência da Súmula 284/STF. Precedente.

2. Embora a parte insurgente alegue que a divergência jurisprudencial esteja devidamente demonstrada, ela, na verdade, não ocorre. Isso porque, somando-se ao fato de inexistência de indicação de dispositivos de lei violados (aplicação da Súmula 284/STF), percebe-se que o cotejo analítico formulado não se detém sobre acórdãos que apreciaram a mesma questão, com a mesma realidade fática.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1643634/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018) [grifou-se]

No caso em tela, tal providência não foi atendida pelo insurgente.

Da leitura do recurso especial, colhe-se que, em relação ao fundamento em análise, não há a indicação de qual dispositivo da legislação infraconstitucional seria objeto interpretação conflitante por parte de tribunais pátrios.

Ressalte-se, por oportuno, que a menção aos artigos 801, § 1º, do CC/2002 e 21, § 2º, do Decreto-Lei 73/1966 não satisfaz tal requisito, na medida em que se relacionam tão somente à primeira tese defendida no presente apelo nobre, relativa à responsabilidade da entidade estipulante nos contratos de seguro de vida em grupo.

Dessa forma, diante de toda a argumentação ora apresentada, é de rigor a incidência do enunciado sumular n. 284 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

3. Destaque-se, outrossim, que, em relação à questão supracitada, o insurgente tão somente transcreve ementas e trechos do voto do proferido pela relatora do REsp 1.073.595/MG, sem realizar o devido cotejo analítico entre as circunstâncias de fato do caso em tela e aquelas identificadas nos precedentes invocado. Assim, não demonstra, de modo inequívoco, que, a situações fáticas análogas, foram aplicados entendimentos jurídicos conflitantes.

Nesse cenário, tem-se que o apelo nobre não atende às exigências dispostas nos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §1º, do RISTJ, o que inviabiliza seu conhecimento. Precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. 1. DECISÃO QUE DEFERIU A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. VIOLAÇÃO DO ART. 831 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 3. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. 4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

3. A simples transcrição de ementas, trechos ou inteiro teor dos precedentes colacionados, sem o necessário cotejo analítico entre os casos confrontados, não viabiliza o conhecimento do recurso especial pelo dissídio, ante a inobservância dos requisitos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 654.042/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 22/05/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE COBRANÇA DE CLÁUSULA PENAL - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE RÉ.

(...)

3. É entendimento pacífico do STJ que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os julgados confrontados e transcrever trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 945.538/AL, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 20/11/2017)

Logo, também por tal fundamento não se considera comprovado o dissenso pretoriano.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

